

Audiência Pública: debater a Recomendação
n.º 21, de 9 de junho de 2017, do Conselho
Nacional de Saúde

Estratégias de EAN para a promoção da
Alimentação Adequada e Saudável.

Carla Mota
Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



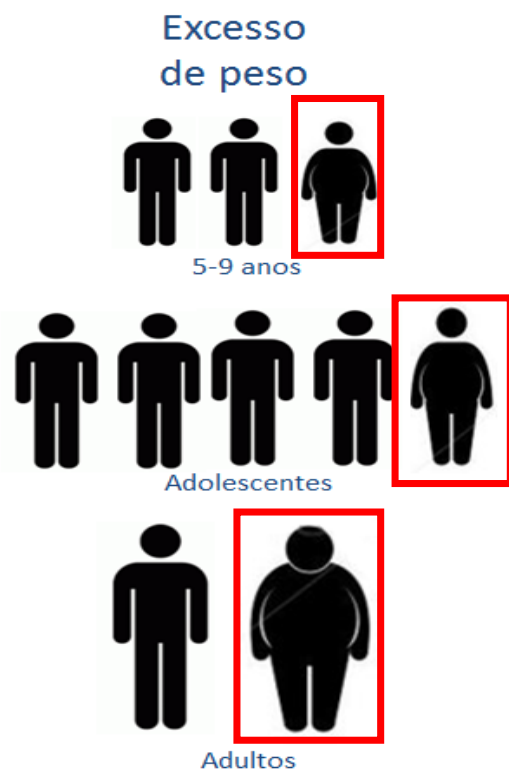
Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN



- Alimentação como Direito na Constituição Federal – EC 64/2010.
- Criação de marcos legais do Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional, Política e Plano Nacional de SAN (2003-atual).
- Saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO – 2014/2015 (Redução da desnutrição infantil aguda: reduzida de 7,1%, 1989, para 1,8%).
- Reconhecimento internacional pelo sistema de governança intersetorial e participativo.
- 2004-2017: Orçamento de SAN sete vezes maior – R\$ 100 bilhões/ ano.

Brasil no Mapa da Obesidade ...

- Crescimento do **excesso de peso e obesidade e doenças crônicas não transmissíveis**: inadequação do padrão alimentar (aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados);
- 70% das doenças dos brasileiros são resultado de má alimentação.



Complexidade da escolha alimentar.....

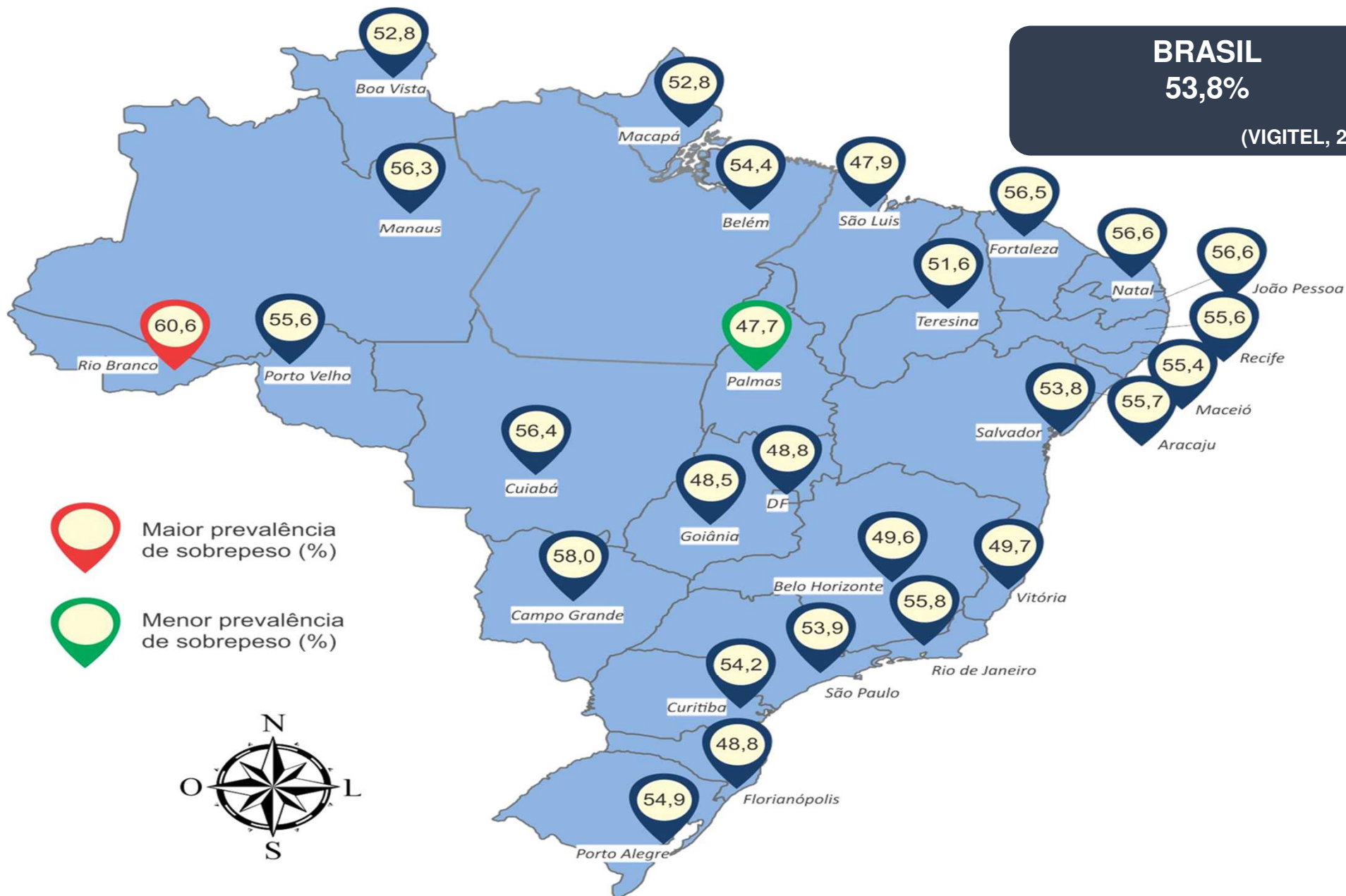
Conjunto de determinantes....

- Acesso/disponibilidade
- Aspectos culturais, religião
- Ambientes (trabalho, escola, universidades e outros espaços institucionais)
- Publicidade e marketing
- Preferências individuais (valores culturais, afetivos, sensoriais)

Atenção para o Sistema alimentar vigente: agenda intersectorial (produção, abastecimento, comercialização e consumo)

BRASIL
53,8%

(VIGITEL, 2016)



Maior prevalência de sobrepeso (%)

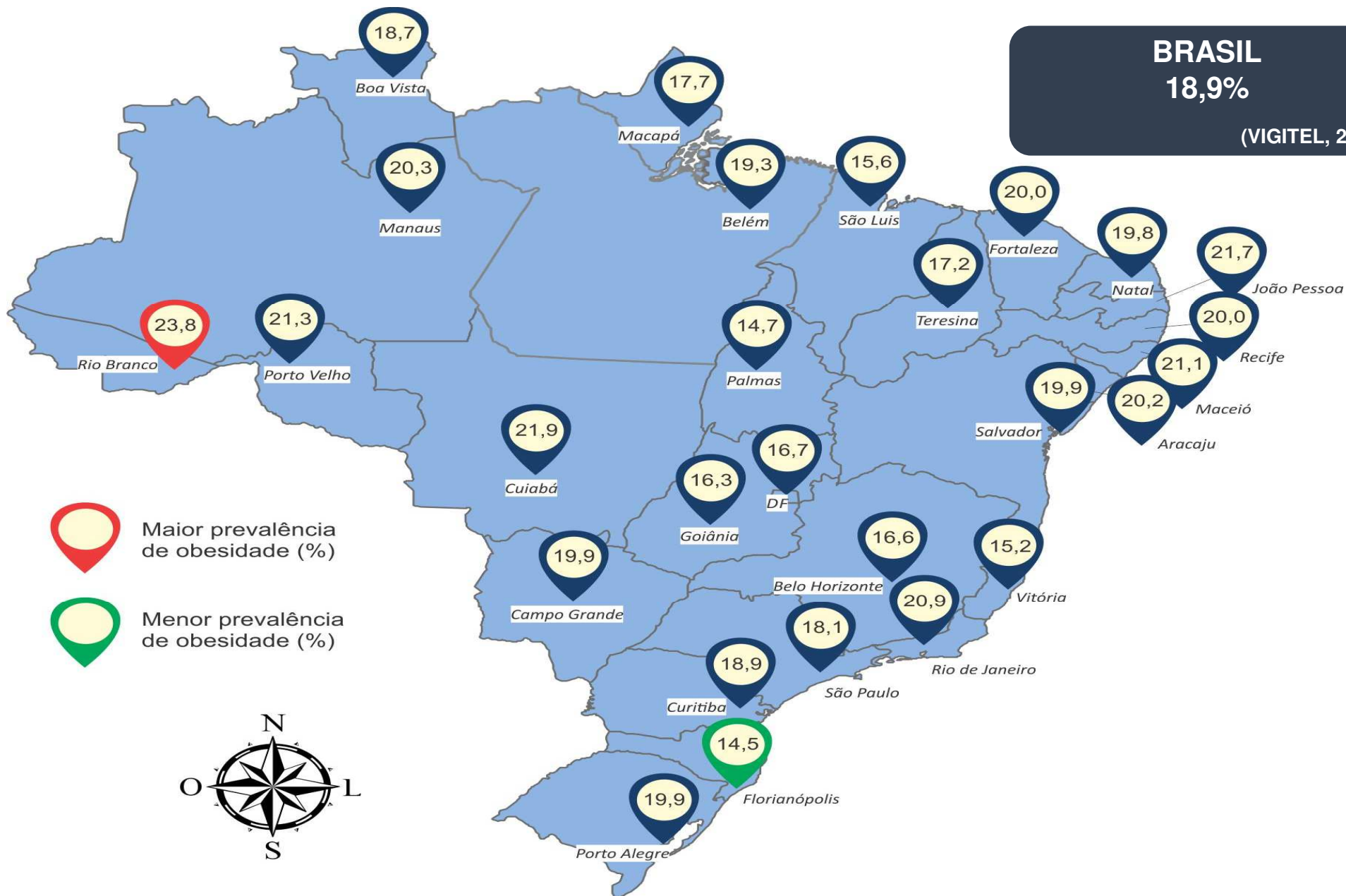


Menor prevalência de sobrepeso (%)



BRASIL
18,9%

(VIGITEL, 2016)



Maior prevalência de obesidade (%)



Menor prevalência de obesidade (%)



Como a CAISAN está atuando frente a este cenário?

- Tendência crescente da obesidade em todos os grupos etários e classes sociais;
- Agenda de combate à pobreza e promoção da SAN , na ótica do DHAA, deve incluir a prevenção e o controle da obesidade;
- O enfrentamento do sobrepeso e obesidade no Brasil exige atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, por meio de ações intersetoriais e participação social.

Quais ações da CAISAN contribuem para este enfrentamento?

Instituiu em 2011 um **comitê intersetorial para discutir ações de Prevenção e Controle da Obesidade**

Lançamento (2014) da ***Estratégia intersetorial de prevenção e controle da obesidade: recomendações para estados e municípios***

Plansan (2016-2019): 9 Desafios/ 121 metas/ R\$ 99 bilhões do governo federal que buscam garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada à população brasileira.

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável e sustentável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional - Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN;

MACRO DESAFIO: Promover a segurança alimentar e nutricional em grupos populacionais vulneráveis

METAS PLANSAN 2016-2019:

- DETER O CRESCIMENTO DA OBESIDADE PARA 43% DE AUMENTOS QUE CONSUMEM FRUTAS E VERDURAS
- REDUZIR O CONSUMO REGULAR DE REFRI E SUCOS ARTIFICIAIS DE 20,3% PARA 14%



Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social - Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN;

Desafio 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional - Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.

Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios









OBJETIVO GERAL

Prevenir e controlar a obesidade na população brasileira por meio de ações intersectoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física no ambiente que vivemos

EIXOS DA ESTRATÉGIA INTERSETORIAL

AÇÕES QUE VISAM:

 <p>1. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis</p>	Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis	Facilitar o acesso das famílias e comunidades aos alimentos e preparações tradicionais Ampliar a oferta de alimentação adequada e saudável nos equipamentos públicos
 <p>2. Ações de educação, comunicação e informação</p>	Ações de educação, comunicação e informação	Educação permanente, estratégias de comunicação e campanhas para informar, sensibilizar e compartilhar conhecimentos e práticas para que a população adote estilos de vida saudáveis
 <p>3. Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos</p>	Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos	Estimular espaços que viabilizem ações educativas e de promoção à saúde que tornem as escolhas alimentares mais saudáveis e factíveis à população
 <p>4. Vigilância alimentar e Nutricional</p>	Vigilância alimentar e Nutricional	O monitoramento do estado nutricional e o consumo alimentar da população (pesquisas, inquéritos, SISVAN na rede de saúde).
 <p>5. Atenção Integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde</p>	Atenção Integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde	Conjunto de cuidados, orientados pelos princípios do SUS, que contemplem ações de promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico, tratamento da obesidade e outros agravos à saúde.
 <p>6. Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos</p>	Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos	Garantir acesso a alimentos básicos e minimamente processados, em condições ideais de consumo e melhorar a qualidade nutricional de alimentos ultraprocessados (sódio, gorduras, açúcares).

Pacto Nacional para Alimentação Saudável

DECRETO Nº 8.553, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

- I. **Aumentar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis, com destaque aos provenientes da AF, orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade**
- II. Reduzir o uso de agrotóxicos e induzir modelos de produção de alimentos agroecológicos
- III. **Fomentar a educação alimentar e nutricional**
- IV. Promover hábitos alimentares saudáveis para a população brasileira
- V. Reduzir de forma progressiva os teores de açúcar adicionado, gorduras e sódio nos alimentos processados e ultraprocessados
- VI. Incentivar o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, bem como a regulamentação da comercialização, da propaganda, da publicidade
- VII. Fortalecer as políticas de comercialização e de abastecimento da agricultura familiar
- VIII. Aperfeiçoar os marcos regulatórios para o processamento, a agroindustrialização e a comercialização dos produtos da agricultura familiar



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL





REDE VIRTUAL

Rede virtual onde diversos atores envolvidos com a EAN podem compartilhar experiências e recursos (vídeos, materiais didáticos).

ideiasnamea.unb.br



PROJETO: “Apoio à atuação de profissionais e gestores em agendas intersetoriais: desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional e realização da Modalidade Compra Institucional - PAA”

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL +
PAA MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL**

Fortalecendo ações para promoção da alimentação saudável



Objetivos Geral dos seminários regionais:

**Capacitar mais de 1.700 profissionais e apoiar uma Agenda Intersectorial para a
Promoção da Alimentação Saudável**

Movimento de educação e mobilização de jovens sobre alimentação adequada e sustentável

Desenvolvimento de estratégias educativas e de mobilização para a **promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis para o público jovem.**



Pesquisar ...



INÍCIO

[O MOVIMENTO](#)

[NOTÍCIAS](#)

[TEMAS MOBILIZADORES](#)

[PARCEIROS DA REDE](#)

[EVENTOS](#)

[BIBLIOTECA VIRTUAL](#)

[CONTATO](#)



Notícias

Confira as notícias institucionais do movimento Comer pra quê? e assuntos relacionados ao universo da juventude e alimentação saudável



Temas Mobilizadores

Este é um dos dez temas mobilizadores para dialogar com a juventude sobre alimentação e política



Eventos

Acesse nossa agenda de eventos para se conectar com as redes e ideias sobre educação, alimentação, saúde, comunicação, entre outros



Biblioteca

Deguste em nosso acervo virtual vídeos, publicações, literatura música, e artes visuais, que podem ser usados como ferramentas educativas

Destacamos

Ações para incentivar medidas regulatórias e a taxação de bebidas açucaradas:

Elaboração de estudos técnicos: Nota Técnica elaborada pelo MDS e MS, no âmbito do *Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade* da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Reuniões com o Ministério da Fazenda e Receita Federal no âmbito da Caisan;

Construção de posicionamentos com parceiros:

A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) ressalta a importância de assegurar a todas as pessoas os direitos humanos à alimentação adequada e saudável. E é nesse contexto que a Representação da OPAS/OMS no Brasil recomenda que o governo brasileiro, as comunidades científicas e a sociedade civil apoiem a implementação de políticas fiscais (subsídios e taxação de alimentos) que protejam e promovam a escolha de alimentos saudáveis.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
GABINETE
Esplanada dos Ministérios – Bloco C – Sala 407 – 70.046-900 – Brasília, DF
(61) 2030-1587

OFÍCIO Nº 1077/2016-GABIN/SESAN/MDS

Brasília, 22 de Novembro de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor
Jorge Antonio Deher Rachid
Secretário da Receita Federal

Endereço: Ministério da Fazenda – Esplanada dos Ministérios – Bloco P – CEP 70.048-900 – Brasília/DF

Assunto: Encaminha Nota Técnica para subsidiar proposta de taxação de bebidas açucaradas e solicita reunião para tratar sobre a pauta em questão.

Excelentíssimo Senhor Secretário,

1. Nota técnica produzida conjuntamente entre Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e Ministério da Saúde (MS) sistematizam as evidências e impactos que as bebidas açucaradas têm sobre a saúde da população brasileira, especialmente no que se refere ao excesso de peso e à obesidade. Os principais elementos destes estudos encontram-se detalhados na Nota Técnica nº 027/2016 – CGEAN/DEISP/SESAN/MDS.
2. A supracitada Nota Técnica foi elaborada no âmbito do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário preside. Esta evidência os impactos negativos que o consumo de bebidas açucaradas tem sobre a qualidade de vida da população, cujos problemas não se limitam às questões de saúde dos indivíduos, mas impactam a sociedade de diferentes maneiras. Por exemplo, pelo custo que o governo

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



Obrigada!!

Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional

www.mds.gov.br

educacaoalimentarenutricional@mds.gov.br

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

